

Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise

Rosana Pinheiro-Machado

Professora Visitante do Dep. de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)

Das instituições democráticas às relações interpessoais, a sociedade brasileira vê-se diante de um colapso. O país atravessa uma crise profunda, que nos afeta enquanto sujeitos coletivos e pessoa moral. Nesse contexto, a Antropologia – essa ciência que vive da prática insistente da escuta – torna-se mais importante do que nunca, pois não se trata de uma crise exclusivamente econômica ou política, mas de um processo multidimensional. A tradição antropológica que se debruça tanto sobre a liminaridade quanto sobre as interpretações holistas da vida social precisa ser resgatada. Nesse momento crítico, é preciso produzir uma antropologia do *Brasil profundo* – tal como Kleinman et al. (2011) reivindicam sobre a China –, ou seja, perceber como transformações sociais afetam drasticamente a vida moral dos sujeitos e como eles respondem a esses processos.

Nos últimos tempos, tenho procurado atuar na fronteira entre a academia e o debate público – algo que muitos de nós somos impulsionados a fazer cada vez mais –, tentando jogar algumas luzes antropológicas ao entendimento da crise contemporânea. Este ensaio reúne algumas dessas preocupações nas quais se cruzam meu papel de pesquisadora e de intelectual pública. O objetivo aqui é levantar questões teóricas e metodológicas que considero chaves na compreensão da crise atual, a qual é acirrada por um golpe parlamentar que restaura uma ordem conservadora violenta e desestrutura a legitimidade do Estado e dos direitos civis. Parto do entendimento de que o debate público é uma tarefa da qual não podemos nos furtar neste momento. Não existe ciência neutra e, como já colocava David Graeber (2004), a não tomada de posição já é uma tomada de posição. Se a ciência não é neutra, o nosso lado é – e sempre foi e sempre será – o lado das vozes que têm sido silenciadas pelos processos hegemônicos: imperialistas, desenvolvimentistas ou neoliberais.

Historicamente, a antropologia tem estado na linha de frente junto às lutas das minorias indígenas, quilombolas, mulheres e LGBTs. Não tem sido diferente no pós-golpe. Nossos colegas têm sofrido perseguição e escrutínio profissional na defesa dos direitos humanos e na batalha contra a ordem conservadora que atua para fortalecer os interesses do capital, de igrejas, dos homens brancos, ricos e proprietários rurais. O objetivo

deste ensaio livre é reforçar a importância do alargamento desse escopo profissional engajado. Argumento que uma antropologia pública sobre as camadas de baixa renda – ou tudo aquilo que tem sido denominado como “povo brasileiro” – é precisamente o tipo de intervenção acadêmica e política que mais precisamos nesse momento de crise, confusão e sofrimento.

* * *

Segundo Kleinman et al. (2011), os grandes eventos e os números das transformações sociais são informações que estão na superfície dos fatos públicos. Complementarmente, o entendimento do indivíduo – suas redes, seus elos íntimos, suas constituições morais e emocionais – torna-se crucial ao processo interpretativo das transformações e reconstruções de um país. Os autores levantam algumas questões fundamentais para se entender a China profunda (as quais também se aplicam bem ao Brasil). São elas: como os indivíduos respondem às mudanças institucionais que enfraquecem as estruturas coletivistas? Como essas respostas dão novos contornos às mudanças políticas e econômicas dos últimos anos? Como os indivíduos avaliam e justificam as suas ações? E como essas avaliações e justificativas influenciam o panorama moral do país?

Os autores argumentam que essas respostas estão arraigadas no cotidiano, invisível e silencioso, de milhões de pessoas comuns. Ademais, são justamente essas vozes que precisam ser combinadas com os grandes fatos que explicam as transformações sociais. Nessa direção, uma antropologia do *Brasil profundo* – por meio de uma etnografia da vida cotidiana – requereria mostrar o quanto a constituição do self dos indivíduos é multifacetada e contraditória, trazendo para a superfície as formas como esses indivíduos são afetados pelo momento atual na mesma medida dialética em que eles afetam e transformam a própria crise. Esse tipo de narrativa é uma batalha interpretativa que nós – antropólogos(as) – estamos perdendo no debate público. Muito pouco tem sido produzido sobre a compreensão, reação e engajamento das camadas populares e das classes trabalhadoras em relação ao golpe. Quais são as visões que estão em disputa nas periferias brasileiras sobre a crise? O que levou à massiva abstenção ou ao voto nulo nas eleições municipais de 2016 entre as camadas mais pobres da população?

Claudia Fonseca, nos anos 1990, já nos alertava sobre a importância de se pesquisar as camadas populares – a massa gigantesca, anônima e difusa que sofre diversas formas de violência estrutural praticadas pelo Estado. A antropologia avançou significativamente nesse campo e hoje conta com uma tradição diversa sobre o tema (Duarte 1986; Fonseca 2000; Oliveira Lima 2012; Sarti 1996; entre muitos outros), mas é urgente levar essa *expertise* ao debate público, pois é justamente a visão das pessoas comuns – do camêlo, do evangélico, da vendedora – que está ausente neste momento. Precisamos voltar para a nossa melhor tradição que argumenta que pessoas – em especial, as de baixa renda – não são manipuladas, muito menos vítimas passivas dos processos históricos.

A contribuição dos pesquisadores da religião – com sua vasta produção etnográfica sobre os evangélicos – é um dos exemplos mais bem acabados que temos sobre a intervenção pública da antropologia dos grupos populares. Atualmente, antigos preconceitos de classe voltam a circular – como as ideias de que “o povo é manipulado” ou “o povo não sabe votar” –, e alguns pesquisadores têm sido fundamentais para pautar o debate público, oferecer uma contranarrativa e, assim, jogar algumas luzes sobre a profunda ignorância

que existe acerca destes grupos, seus valores e seus engajamentos políticos. Em um artigo de grande circulação nacional, por exemplo, Dutra (2016) salientou a importância dos estudos etnográficos para o campo progressista, o qual, ao invés de buscar alinhamento com as classes populares evangélicas pentecostais ou neopentecostais, acabou se distanciando destas por meio de uma postura de superioridade moral.

Algumas publicações sobre a visão da periferia têm sido realizadas por jornalistas do *El País*, por exemplo, que mostraram que o golpe era percebido, simplesmente, como “briga de branco” em algumas periferias de São Paulo. Esta não é uma conclusão muito diferente do que minha colega Lúcia Scalco¹ – que trabalha no Morro da Cruz em Porto Alegre há dez anos – tem observado em suas incursões etnográficas. Muitas vezes, as demandas de seus interlocutores são tão urgentes e vitais (a casa que pegou fogo, a falta de luz elétrica, o não atendimento no posto de saúde) que fazem com que o jogo político seja percebido com profundo descrédito. O Estado, governado à direita ou à esquerda, é compreendido por muitas pessoas como sinônimo de ausência, no que se refere aos serviços básicos; e como violenta presença, no que se refere à atuação da polícia. Quais são os sentimentos em relação à política institucional e quais são as formas de política cotidiana que se estabelecem nas periferias? É esse tipo de compreensão que precisa vir à tona, especialmente quando a extrema-direita tem vencido eleições em diversos países, o campo progressista tem se esfacelado e os votos nulos e abstenções têm constituído maioria entre os estratos mais baixos (no Brasil, as camadas D e E).

O vácuo narrativo fica ainda mais complicado quando se refere à multidão que habita quase a metade da população brasileira – a chamada nova classe média, a “nova classe C”, ou simplesmente “os batalhadores” (Souza 2010). Desde junho de 2013, passando pelos rolezinhos, esse amplo e diverso setor populacional tem sido disputado interpretativa e politicamente. Em todos os debates de conjuntura de que tenho participado, é desconcertante perceber a forma como “a classe C” tem sido manipulada discursivamente, com pouco rigor ou precisão, para inferir posições antagônicas sobre as Jornadas de Junho: ora alegando que se tratou de um levante das classes emergentes contra o próprio Estado que outrora havia lhes impulsionado a sair da pobreza, ora alegando que estes setores apoiavam o governo. Na mesma direção, generaliza-se que a classe C apoiou o golpe ou, do outro lado, que se mantém ao lado do Partido dos Trabalhadores em função das políticas de ensino superior, por exemplo.

Essas não são questões menores na compreensão do golpe, o qual não foi dado sem algum apoio popular. Muitas dessas indagações – desde a participação nas Jornadas de Junho, o voto das eleições de 2014 e 2016 até, finalmente, as manifestações do impeachment – já possuem um bom arcabouço quantitativo, os quais foram amplamente popularizados em análises de conjuntura. Chamo atenção aqui, então, para a importância dos estudos etnográficos que abranjam os longos períodos entre os movimentos sociais (mais ou menos de 2012 a 2016) sobre a tão diversa “classe C” ou sobre o fenômeno do lulismo, cuja produção sociológica teve o impulso de Singer (2009) e equipe.² Atualmente,

1 Comunicação pessoal.

2 Atualmente, André Singer orientou e/ou está orientando diversas etnografias sobre o lulismo, entre as quais se destacam os estudos de Camila Rocha sobre o petismo na Brasilândia, de Vinicius Saragiotto Magalhães do Valle sobre o voto evangélico na periferia de São Paulo e de Henrique Bosso da Costa sobre o lulismo e o prounismo.

diversas etnografias têm sido realizadas com beneficiários de programas como o Bolsa Família, Fies/Prouni, Pronatec, Minha Casa, Minha Vida; bem como com recém-incluídos no mercado financeiro. São estes estudos em profundidade que podem trazer à tona a visão da classe trabalhadora sobre o golpe: quais os limites estruturais da emergência? Como isso afeta a compreensão política? Em que medida a emergência de uns colide com a estagnação de outros?

Em uma pesquisa qualitativa realizada com beneficiários dos programas Prouni e Fies no ensino privado no Brasil, Kirby (2015) observou que os pesquisados tinham uma dupla visão sobre o programa: eram profundamente satisfeitos com a oportunidade de cursar o ensino superior (na maioria dos casos eram as primeiras pessoas da família a ingressarem na universidade) e, ao mesmo tempo, tornaram-se críticos com a qualidade do ensino oferecida por algumas universidades privadas, com o endividamento futuro, questionavam a insuficiência dos programas para sustentar os alunos em sala de aula: o custo do transporte, da alimentação, dos materiais didáticos e da vestimenta. Alguns demonstraram profunda decepção com o programa (em especial duas meninas formadas que, endividadas com o financiamento, estavam trabalhando em empregos que não exigiam qualificação para pagar o diploma), outros se tornaram militantes de esquerda, e ainda havia aqueles que se mantinham divididos. Como resultado de uma mesma política pública, emergiam subjetividades diversas e divergentes, muitas vezes em conflito no próprio indivíduo.

Outra área importante no entendimento do lulismo é a chamada inclusão pelo consumo. Em uma pesquisada realizada por mim e por Scalco no Morro da Cruz,³ percebemos que o desejo de consumir – e viver o gozo onírico da distinção – era uma forma de micropolítica cotidiana muito diferente da era do Orçamento Participativo que impactou profundamente a cidade de Porto Alegre até os anos 1990. O argumento que temos esboçado é que, embora nossos interlocutores deixassem claro o não alinhamento com qualquer forma do establishment político, não se tratava de um consumo apolítico. O uso de marcas ou de “coisas boas de verdade” era sempre atrelado a uma narrativa que desvelava o caráter excludente, classista e racista da sociedade brasileira (Pinheiro-Machado & Scalco 2014). Esses fatos evidenciavam que, no Brasil lulista e neoliberal, a esfera política e a subjetividade econômica estavam se movendo e se transformando.

Indo além do fenômeno do *lulismo*, existe uma lacuna gigantesca na compreensão das camadas médias baixas que não tiveram suas vidas impulsionadas nas últimas décadas. Afinal, quando o tema da nova classe C surgiu como um dos maiores fenômenos sociológicos do Brasil (Neri 2008), as demandas por pesquisas sobre setores emergentes foram impulsionadas, especialmente tendo como público-alvo os atores sociais incluídos em novos programas de renda, moradia e educação. O efeito colateral desse momento acadêmico foi o esquecimento – e o silenciamento – de todos aqueles que não se sentiram incluídos e que viram suas vidas se deteriorarem nos últimos anos. Na mesma direção, o best-seller de Huchschild (2016) argumenta que a análise da América profunda passa pelo entendimento da classe trabalhadora empobrecida, que se vê numa fila longa e penosa para viver o sonho americano, mas que sente que alguns grupos escolhidos pelos democratas têm passado na frente na fila. Assim nasce o descontentamento e, em última instância, a raiva contra o establishment.

3 Área periférica, habitada principalmente pelas classes C, D e E.

As políticas de inclusão social promovidas pelo PT são defendidas pela militância antropológica – posição com a qual eu me alinho. Meu ponto é unicamente chamar atenção para a necessidade do alargamento do campo de pesquisa empírica a todos aqueles trabalhadores comuns – cabeleireiros, manicures, taxistas, vendedores de lojas, ambulantes, motoristas de ônibus, trabalhadores da construção – que não se sentiram incluídos na narrativa do Brasil emergente e que, por ventura, se sentiram estagnados na fila do sonho neoliberal. Quem são as pessoas que, impulsionadas pelo neoliberalismo (amplamente estimulado pelos governos brasileiros desde a década de 1990), querem empreender e consumir, mas que encontram barreiras sucessivas nessa empreitada? Quem são 40% de inadimplentes no Brasil que não conseguem sequer pagar suas contas básicas?⁴ Em que medida essa situação acirra a intolerância racial, inter e intraclasse? Esses trabalhadores apoiaram, rejeitaram ou foram indiferentes ao golpe?

As interrogações são muitas. Quando lançamos mão da categoria “coxinha” ou simplesmente aceitamos que “o povo brasileiro é conservador”, estamos optando pelo caminho mais simples e aniquilando diversas camadas reflexivas. Antropologicamente, sabemos que os grupos humanos são em alguma medida “conservadores”, uma vez que família, religião e poder são normatividades centrais da vida social.⁵ O entendimento da profundidade do comportamento humano é uma tarefa da qual nós não devemos abrir mão. Tal generosidade interpretativa (cujo esforço se caracteriza pela busca da alteridade) precisa se estender para além de nossos objetos de pesquisa. A antropologia nunca aceitou respostas fáceis. Esse é o momento de resgatar o que a nossa disciplina tem de melhor: não se contentar com os rótulos facilmente e, ao contrário, buscar entender a emergência do ódio, da fúria e da intolerância em tempos de liminaridade e confusão.

Algumas pesquisas que realizei há alguns anos, tanto no camelódromo de Porto Alegre quanto no comércio fronteiriço Brasil-Paraguai, apontavam que diferentes grupos conseguiam conviver quando a economia interna estava em equilíbrio. Em tempos de crise, contudo, as divergências acomodadas e negociadas vinham à tona de maneira brutal ao ponto de os comerciantes denunciarem uns aos outros. A insatisfação em relação a políticas mais amplas de controle de comércio se misturava com a culpabilização do vizinho mais vulnerável (cf. Pinheiro-Machado 2017). Ainda que essa reação à crise seja lógica – e que já tenha sido devidamente esboçada para explicar a vitória de Brexit no Reino Unido e de Donald Trump nos Estados Unidos –, carecem pesquisas que escrutinem essas narrativas no entendimento da crise econômica atual, bem como que produzam uma análise sobre os complexos encontros e a justaposição entre variáveis econômicas, políticas e sociais.

Ao contrário disso, o que ficou evidente no momento pré-golpe foi o profundo desprezo, cegueira e surdez em relação à crise econômica por parte de uma ampla camada do establishment intelectual e político, que insistia que o Brasil nunca tinha avançado no combate à pobreza e à desigualdade como nos anos petistas. Apesar de eu concordar com este argumento, fechar os olhos para a crise e não perceber como ela tem afetado o Brasil profundo me parece um erro grave, que em nada contribui para compreender o sentimento de abandono político, a estagnação econômica, a fúria in-

4 Pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito de 2015.

5 Não seria preciso assistir à votação do impeachment para entender por que a maioria dos homens do congresso nacional votaram por suas esposas, filhas e Deus – e que essas pessoas foram eleitas pela maioria do povo brasileiro.

terpessoal – o que, finalmente, culmina na emergência do germe fascista e no desejo por mudança a qualquer custo.

Não há maneira melhor de combater a surdez intelectual em relação às camadas populares e classes trabalhadoras do que a velha e boa etnografia do cotidiano. São as situações espontâneas que precisam ser exploradas em todas as suas dimensões. Uma conversa que tive com o Sr. Amadeu (55 anos, cearense, dono de banca de jornal em São Paulo) foi bastante reveladora nesse sentido. Logo após o acidente aéreo que culminou na tragédia com o time do Chapecoense, ele contava-me que finalmente queria que Michel Temer saísse do governo. Eu, surpresa, perguntei o que havia acontecido e ele começou uma longa conversa contando que estava profundamente abalado com o acidente e que o papel de um presidente que “se preze” é ir ao velório: “*Mas esse Temer não! Esse engomado é um cagão covarde*”. Eu perguntei qual era a razão de ele ter apoiado o impeachment e ele me disse que havia votado em Dilma Rousseff em 2014, mas que alguma mudança era necessária, pois a crise estava acabando com o pequeno comerciante e não era mais possível continuar do jeito que estava. Ele concluiu seu pensamento reafirmando: “*quero mais é que esse cagão caia agora*”.

Nesse breve desabafo, transparecem diversos aspectos do que estou chamando de uma antropologia de um Brasil profundo. Na fala de Amadeu, cruzam-se valores sociais, concepções de gênero e visão política e econômica. As formas como ele elabora seu posicionamento político não são nada previsíveis ou triviais, mas elaboradas em meio a uma trama emocional e moral. Esse tipo de narrativa só emerge nas trocas etnográficas, construídas em um longo processo de pesquisa. É preciso ir às casas, sentar no sofá, abrir o dispositivo da escuta generosa e discutir as notícias junto às pessoas, tal como fez Travancas (2010) em sua etnografia do Jornal Nacional, ou como Abu-Lughod (2012) no Egito que, longe das manifestações dos grandes centros urbanos que ocorriam durante a Primavera Árabe, optou para ir ao interior do país e assistir a “revolução” pela perspectiva do cotidiano de um vilarejo. Essa também foi a etnografia de Spyer (2013) que, sentando ao lado do computador com as pessoas, percebia como as pessoas reagiam às notícias e como – a partir de suas próprias concepções morais e políticas – reinterpretavam as Jornadas de Junho desde o interior da Bahia.

Em tempos de polarização, sabemos muito pouco sobre como as notícias são consumidas e como as informações circulam, por exemplo. Compreender a visão das pessoas comuns sobre o golpe não pode ser um projeto focado no tema político, mas querer uma perspectiva holista que abranja todas as dimensões da vida social: a família, a religião e o trabalho. Um arcabouço etnográfico desse tipo também demanda tempo e coordenação entre os pesquisadores. Mas não há dúvidas de que este é um ponto cego na compreensão da sociedade brasileira. Entender o Brasil profundo e resgatar os sentimentos das pessoas em relação ao mundo que as cerca me parece ser a atividade mais básica da antropologia e mais importante também. Muito tem se dito no debate público que, em tempos de caos, é preciso mais escuta. Eu acrescentaria escuta generosa e sem pressa. E isso é justamente o que antropologia pode oferecer a esse longo e penoso processo de reconstrução democrática.

* * *

Neste breve ensaio, levantei mais indagações do que respostas. São questões caras à antropologia, mas que permanecem tímidas no debate público. Esse vácuo interpretativo deixa margens perigosas para serem ocupadas por todas aquelas respostas fáceis e generalistas que tanto combatemos desde o princípio de nossa formação. Ressaltei que não é possível aceitarmos pré-noções totalizantes sobre as classes populares ou a classe trabalhadora, inserindo esses setores tão diversos em uma caixinha política classificatória qualquer (povo conservador/cozinha/pobre de direita). Nesse momento, é fundamental tentar combinar engajamento (a ciência a serviço dos menos privilegiados) com distanciamento (a objetividade que a ciência requer), para não sermos engolidos pela liminaridade e confusão da crise. Ou seja, ainda que tenhamos um lado, é preciso fugir da previsibilidade da polarização destrutiva que afeta as relações interpessoais e a própria sanidade mental da população.⁶ Uma antropologia de um Brasil profundo busca entender como a pessoa moral responde de forma inesperada e, por vezes, contraditória aos processos estruturais mais amplos.

A nossa formação nos oferece instrumentos únicos para jogar luzes a esse obscurantismo hostil. Aqui não se trata apenas de produzir monografias, artigos ou teses. Esse momento exige o esforço de atuar na linha de frente, disputando – sempre com nuances e matices – as batalhas interpretativas que estão em curso no Brasil do século XXI. Essa não é uma tarefa simples, pois envolve lidarmos com a contradição entre uma formação que preza pelo longo prazo e um país em crise que demanda imediatismo. É dessa tensão que temos que achar o nosso lugar ao sol no debate público, dando entrevistas, produzindo vídeos e promovendo roda de conversas que ofereçam uma terceira via à violência intrínseca da polarização.

Finalmente, minha intervenção neste ensaio respeitou meu escopo de atuação como pesquisadora. Por isso, centrei-me na importância da compreensão da visão política “das pessoas comuns” entre os setores de baixa renda do país. Todavia, o mesmo projeto precisa ser realizado entre as camadas médias e elites brasileiras, sobre as quais a produção antropológica é ainda de pouco volume. Nada mais desconcertante, nesse sentido, do que assistir à votação do impeachment e se surpreender com os “valores morais” e as miudezas dos congressistas brasileiros. Até agora, fomos todos pegos de surpresa nas mais variadas frentes da sociedade brasileira. Estamos todos tateando no escuro em um processo de transformação social rápido e profundo. As respostas sobre a efetiva contribuição de uma antropologia pública para a cicatrização de nossas feridas democráticas ainda não são evidentes (este é um caminho a ser construído), mas já temos indícios suficientes sobre o que a falta de escuta pode causar.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila I. L. A. 2012. “Living the ‘revolution’ in an Egyptian village: Moral action in a national space”. *American Ethnologist*, 39(1):21-25.
- DUARTE, Luiz Fernando D. 1986. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

6 Kleinman possui diversos estudos sobre como as crises afetam a saúde mental.

- DUTRA, Roberto. 2016. "Há Cegueira da esquerda para entender a nova classe trabalhadora". *El País*, 5 jun. 2016.
- FONSECA, Claudia. 2000. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- GRAEBER, David. 2004. *Fragments of an anarchist anthropology*. London: Dubois Publishing.
- HUCHSCHILD, Arlie. 2016. *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. New York: The New Press.
- KIRBY, Gregory. 2015. *Neoliberal Education in Brazil*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Warwick.
- KLEINMAN, Arthur; YAN, Yunxiang; JUN, Jing; LEE, Sing; ZHANG, Everett; PAN, Tianshu; WU, Fei; GUO, Junhua. 2011. *Deep China*. Berkeley: University of California Press.
- NERI, Marcelo Côrtes. 2008. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS.
- OLIVEIRA LIMA, Diana. 2012. "Prosperity and Masculinity: Neopentecostal Men in Rio de Janeiro". *Ethnos*, 77:372-399.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. 2017. *Circuits of Counterfeits*. London: Routledge.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. 2014. "Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil". *Revista Estudos Culturais*, 1.
- SARTI, Cynthia. 1996. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editora Autores Associados/Fapesp.
- SINGER, André. 2009. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos estudos-CEBRAP*, 85:83-102.
- SOUZA, Jesse. 2010. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SPYER, Juliano. 2013. "An Ethnographic Account of the Riots in Brazil Seen From the Periphery". *Hot Spots*, Cultural Anthropology website, December 20, 2013. Disponível em: <<https://culanth.org/fieldsights/440-an-ethnographic-account-of-the-riots-in-brazil-seen-from-the-periphery>>. Acesso em: 28 dez. 2016.
- TRAVANCAS, Isabel. 2010. "Etnografia da produção jornalística – estudos de caso da imprensa brasileira". *Brazilian Journalism Research*, 6(2):83-102.

Recebido em 12 dez. 2016.

Aceito em 12 dez. 2016.